

ENTREGUE NO
I.S.S.S DE

PEÇAS FINAIS DE APRESENTAÇÃO DE CONTAS
DAS
INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE
SOLIDARIEDADE SOCIAL

ANO DE

2019

DENOMINAÇÃO: Fundação de Aurélio Amaro Diniz

RESERVADO AOS SERVIÇOS

Dist. Conc. IPSS
COD. ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐

MORADA: Rua António Mendes Monteiro - Quinta da
Comenda

N. ANDAR : LOCALIDADE: Oliveira do Hospital

FREGUESIA: Oliveira do Hospital

CONCELHO: Oliveira do Hospital

COD. POSTAL: 3400-083

ESPAÇO RESERVADO AO CENTRO REGIONAL DE _____

PARECER: EM ____/____/____

DESPACHO: EM ____/____/____

EM 12/03/2020.


(Assinatura do Técnico Oficial de Contas)



(Aposição da Vinheta do TOC)

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

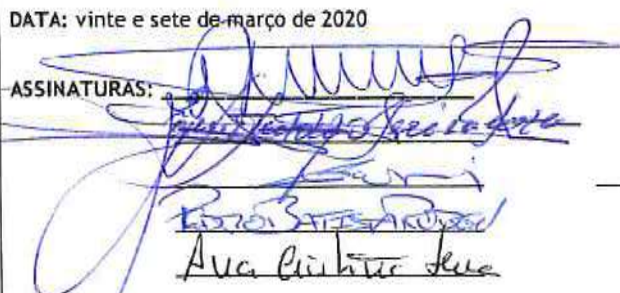
APROVADO EM ASSEMBLEIA GERAL

LOCAL: Oliveira do Hospital

DATA: vinte e sete de março de 2020

Data: 15 de junho de 2020

ASSINATURAS:


Ava Cristina Silva

ASSINATURA DO PRESIDENTE




ÍNDICE

1 – Introdução	7
2 – A Instituição no meio envolvente	7
3 – Atividade	9
4 – Investimentos	11
5 – Produção	12
6 – Recursos Humanos	13
7 - Articulação com o Serviço Nacional de Saúde	14
8 - Perspetiva para o futuro	17
BALANÇO	22
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	23
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	24
Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados	25
1 Identificação da Entidade	26
2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	26
3 Principais Políticas Contabilísticas	26
3.1 Bases de Apresentação	26
3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):	26
3.1.2 Continuidade	27
3.1.3 Compreensibilidade	27
3.1.4 Relevância	27
3.1.5 Materialidade	27
3.1.6 Fiabilidade	27
3.1.7 Representação Fidedigna	27
3.1.8 Substância sobre a forma	27
3.1.9 Neutralidade	28
3.1.10 Prudência	28
3.1.11 Plenitude	28

3.1.12	Comparabilidade.....	28
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	28
3.2.1	Fluxos de Caixa.....	28
3.2.2	Ativos Fixos Tangíveis	29
3.2.3	Ativos Intangíveis	29
3.2.4	Bens do património histórico e cultural	29
3.2.5	Investimentos financeiros.....	29
3.2.6	Inventários	30
3.2.7	Instrumentos Financeiros	30
➤	Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros.....	30
➤	Clientes e outras contas a Receber	30
➤	Outros ativos e passivos financeiros	30
➤	Caixa e Depósitos Bancários	30
➤	Fornecedores e outras contas a pagar	30
3.2.8	Fundos Patrimoniais	30
3.2.9	Provisões.....	31
3.2.10	Financiamentos Obtidos	31
➤	Empréstimos obtidos.....	31
➤	Locações	31
3.2.11	Estado e Outros Entes Públicos	31
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	31
5	Ativos tangíveis.....	32
6	Ativos Intangíveis.....	33
7	Locações	33
8	Custos de Empréstimos Obtidos.....	33
9	Inventários.....	34
10	Rédito	34

11	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.....	34
➤	Provisões.....	34
➤	Passivos contingentes.....	35
➤	Ativos contingentes	35
12	Subsídios do Governo e apoios do Governo	35
13	Efeitos de alterações em taxas de câmbio	35
14	Imposto sobre o Rendimento.....	35
15	Benefícios dos empregados.....	35
16	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	36
17	Outras Informações	36
17.1	Investimentos Financeiros	36
17.2	Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros	37
17.3	Créditos a Receber	37
17.4	Outros Ativos Correntes	38
17.5	Diferimentos	38
17.6	Caixa e Depósitos Bancários	39
17.7	Fundos Patrimoniais	39
17.8	Fornecedores	39
17.9	Estado e Outros Entes Públicos	40
17.10	Outros Passivos Correntes	40
17.11	Outros Passivos Financeiros	41
17.12	Subsídios, doações e legados à exploração	41
17.13	Fornecimentos e serviços externos	41
17.14	Outros rendimentos.....	42
17.15	Outros gastos	42
17.16	Trabalhos para a Própria Entidade	43
17.17	Resultados Financeiros	43



17.18 Acontecimentos após data de Balanço.....	43
ANEXOS.....	45
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS/RELATÓRIO DE AUDITORIA	46
ATA CONSELHO FISCAL.....	49
CONVOCATÓRIA PARA ASSEMBLEIA GERAL DA LIGA DE AMIGOS.....	50
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DA LIGA DE AMIGOS	50

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 - Prestação de Serviços	12
Ilustração 2 - Resultado Líquido	13
Ilustração 3 - Cash-Flow.....	13
Ilustração 4 - Ativos Fixos Tangíveis 2018	32
Ilustração 5 - Ativos Fixos Tangíveis 2019	32
Ilustração 6 - Ativos Fixos Intangíveis 2018.....	33
Ilustração 7 - Ativos Fixos Intangíveis 2019.....	33
Ilustração 8 - Inventários	34
Ilustração 9 – Rédito	34
Ilustração 10 - Subsídios e Apoios do Governo	35
Ilustração 11 - Benefícios dos Empregados.....	36
Ilustração 12 - Investimentos Financeiros.....	37
Ilustração 13 - Créditos a Receber.....	37
Ilustração 14 - Outros Ativos Correntes	38
Ilustração 15 - Diferimentos	38
Ilustração 16 - Caixa e Depósitos Bancários	39
Ilustração 17 - Fundos Patrimoniais	39
Ilustração 18 - Fornecedores	39
Ilustração 19 - Estado e Outros Entes Públicos	40
Ilustração 20 - Outros Passivos Correntes.....	41
Ilustração 21 - Subsídios, Doações e Legados à Exploração.....	41
Ilustração 22 - Fornecimentos e Serviços Externos.....	42
Ilustração 23 - Outros Rendimentos.....	42
Ilustração 24 - Outros Gastos	42
Ilustração 25 - Trabalhos para a Própria Entidade	43
Ilustração 26 - Resultados Financeiros	43




RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ANO 2019

Com o intuito de dar cumprimento ao estabelecido no artigo 19º dos Estatutos da Fundação Aurélio Amaro Diniz, IPSS, procede-se à apresentação das contas e relatório de atividades do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Pela análise dos documentos aqui apresentados é possível aferir o que tem vindo a ser a realidade da Instituição no decorrer dos últimos anos, muito marcada pelas políticas de austeridade do Estado.

Todos os mapas contabilísticos foram elaborados de acordo com a legislação em vigor.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2019 foram aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração em 27 de março de 2020, tendo ainda deliberado por unanimidade propor à Assembleia Geral da Liga de Amigos a transferência do resultado líquido positivo de 244.643,70€ para a conta de Resultado Transitados do Capital Próprio.

1 – Introdução

A Fundação Aurélio Amaro Diniz, IPSS (FAAD) é uma instituição de ampla abrangência que atua na área social e hospitalar. No que respeita à área hospitalar, o Hospital da FAAD dispõe de dois pisos de Internamento, estando um deles mais direcionado para internamento cirúrgico de diversas especialidades (encontra-se aqui instalado o bloco operatório) e o outro para procedimentos médicos. O hospital disponibiliza também aos seus utentes um conjunto alargado de Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica (MCDT's) e consultas de especialidades em diferentes áreas médico-cirúrgicas, estabelecendo contratos com sistemas de saúde, públicos e privados, que permitem o acesso dos utentes, sendo o mais representativo a ligação ao SNS através de um protocolo de cooperação sucessivamente negociado e renovado desde a devolução do hospital à gestão da FAAD (1989). O atual acordo foi outorgado no ano transato para vigorar por 3 anos (2019 a 2021).

Na área social, a FAAD presta serviço no apoio à terceira idade (ERPI, Apoio Domiciliário e Centro de Dias) e à infância (Creche, Educação Pré-Escolar e ATL), em dois equipamentos (sede e Lageosa), também ao abrigo de acordos de cooperação celebrados com a Segurança Social que financia uma parte dos utentes abrangidos.

2 – A Instituição no meio envolvente


A FAAD, cujos estatutos iniciais foram aprovados em 1945, tem já uma longa história de atividade ininterrupta, pelo que se tornou numa Instituição de referência não só no concelho de Oliveira, mas também nos concelhos limítrofes. Tendo como pressuposto disponibilizar aos utentes uma vasta gama de serviços nas diversas áreas em que intervimos, no sentido de localmente apresentar uma resposta eficiente e eficaz à população nos diversos domínios de atuação, pelo que tem sido pautada pelo esforço contínuo de todos os que fazem parte integrante da Instituição, desde colaboradores, órgãos sociais e de diferentes entidades com que se relaciona.

Nem sempre se encontra a melhor atenção em algumas dessas entidades, obrigando a redobrados cuidados em manter a instituição sustentável pois o que se pretende não é resolver as maleitas do dia de hoje mas sim fazer perdurar no tempo a capacidade de assistência para novas e velhas necessidades.

Este já longo percurso tem sido feito de altos e baixos, estando a ser vivido nos últimos anos um clima de incerteza constante que tem vindo a ter repercussões no crescimento da Instituição e um verdadeiro teste à sua capacidade de resistência e reinvenção, com uma oposição a tudo o que coloque a sua marca de solidariedade inscrita no seu ADN pela vontade do seu fundador. Há uma distinta notoriedade da FAAD como IPSS, que não pode nem deve ser confundida como uma entidade privada e essa particularidade não tem sido reconhecida pela forma como a ARS Centro se dispõe a atender os representantes da instituição, no momento de definição anual de protocolos patente na constante redução do valor protocolado que implicam uma gestão cautelosa, onde as decisões têm de ser tomadas com precaução, de modo a que os riscos sejam reduzidos. Desses critérios têm resultado prejuízos para os utentes, uma e outra vez comunicados às entidades públicas com responsabilidades na matéria, que ainda hoje não acordaram para essa realidade: apenas reagem aos apupos lançados por reclamações de utentes e parangonas na comunicação social, exigindo depois resolução desses em particular com a criação de outros. É que para se resolver a lista de espera pretendem que se reduza a atividade noutros serviços, nomeadamente o internamento no serviço de medicina, como se isso seja exequível sem prejudicar o atendimento da população. Representa, desde logo, um completo desconhecimento do serviço público aqui prestado e os claros benefícios em saúde para esta região. A título de exemplo, o facto de passados mais de 2 anos, ainda não se ter definido em concreto o que se espera da consulta de "urgência", quando unilateralmente impõem decisões que passam pelo assumir por parte da FAAD de despesas das ambulâncias (depois de durante esse tempo não terem dado resposta a essa questão), com a indicação de que temos 10 mil atendimentos quando a realidade, constante e crescente, é superior em 50%. Há nitidamente uma indiferença dos responsáveis distritais para com as evidências, mantendo uma postura de exigência em que as diversas reuniões de negociação apenas têm o nome. Pior, essa exigência é sistematicamente comunicada a posteriori, como se a FAAD se pudesse guiar pelo silêncio destas entidades.

E o que são evidências? Um novo exemplo. Perante a redução da atividade cirúrgica programada, o ano transato ficou marcado por um aumento da vinda de utentes através do programa SIGIC de 3,5 vezes em relação ao ano de 2018 – serão, com muita segurança, grande parte dos doentes que aqui não foram atendidos em primeira instância e que foram indicados para hospitais do SNS, que por sua vez não conseguiram resolver o seu problema nos tempos recomendados. E estes doentes, pelo permeio sofreram, pioraram a sua condição clínica, consumiram recursos e entretiveram burocraticamente a máquina de gestão das listas de espera.

Dessa relação conturbada, que mesmo procurando a intervenção do próprio Ministério com a ajuda da autarquia local se não tem conseguido contrariar, resultou pela primeira vez a necessidade de recorrer ao Tribunal Administrativo para fazer voltar atrás uma decisão de aplicação de penalizações à faturação SIGIC tendo em conta que não foi possível, em tempo, fazer com que a ARS olhasse para questões formais do



modo como a situação merecia – foi o próprio Vogal do Conselho Diretivo que nos indicou o procedimento e neste momento aguardamos o resultado dessa diligência.

Esta relação influencia em muito as decisões de médio/longo prazo, pois gostaríamos de ter já avançado com as obras de remodelação da estrutura hospitalar, mas tendo em conta a prudência que nos guia e os constrangimentos financeiros por que temos passado tal tem sido completamente impossível.

Já com a Segurança Social, a relação tem-se pautado por uma regularidade nas relações, muito fruto de uma sensibilidade diferente que encontramos neste organismo e nos seus responsáveis distritais. Na área social gostaríamos de contar com um maior número de acordos de cooperação, tanto na resposta de Centro de Dia, como nas respostas da Infância, tendo apresentado as devidas candidaturas ao PROCOP, sabendo ao dia de hoje que irão ser parcialmente atendidas na vertente de creche. Os acordos de que dispomos são manifestamente insuficientes para o número de utentes que temos, pois todos pagam mensalidades como se fossem efetivamente comparticipados, pois não tendo as famílias meios financeiros para suportar mensalidades em regime particular, aplicamos a mesma fórmula de cálculo a todos os utentes, de modo a que não se verifiquem desigualdades. Acresce ainda um contexto de decréscimo desses valores, muitas vezes motivados pelo desemprego, o que se irá agudizar neste período de pandemia e aquele que se lhe seguirá.

3 – Atividade

Para uma melhor compreensão de todas as áreas que constituem a Instituição e de modo a que consigamos ter uma perceção mais exata de cada uma, temos vindo a fazer uma sistemática análise financeira e organizacional detalhada aos diversos setores em funcionamento na FAAD. Pretendemos assim avaliar cada setor per si sem descuidar a sua contribuição para o todo, com o intuito de verificar onde se poderá reduzir custos e maximizar recursos sem prejudicar a função de assistência. Das análises que já iniciamos verificamos a existência de setores cujos resultados são significativamente deficitários, ainda que sejam socialmente necessários. No decorrer do ano 2020 manteremos esse cuidado, com a principal preocupação na sustentabilidade.

➤ Apoio à Terceira Idade

No que se refere ao apoio à terceira idade verifica-se um aumento do número de utentes nas respostas sociais de Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) e Centro de Dia (CD). Este acréscimo de utentes resulta da conclusão do processo de integração do Centro Comunitário da Lageosa com a FAAD que ocorreu em janeiro de 2019. Desde esta data que o território de intervenção da FAAD nestas áreas cresceu, o que resulta no incremento da atividade, especialmente por ter novos utentes que fizeram aproveitar melhor a capacidade instalada neste domínio.

➤ Apoio à Infância

Nesta área verifica-se um aumento significativo de utentes na resposta social de creche, que à semelhança do que se verificou na área da terceira idade, também se deve ao facto de ter sido concluído o processo de inclusão do Centro Comunitário da Lageosa (apenas falta o aspeto formal de registar o património predial). Também a resposta social de Pré-Escolar teve um pequeno aumento do número de utentes, em resultado da transição de alguns utentes de creche para pré-escolar, por terem atingido a idade obrigatória, estando hoje a trabalhar no limite da sua capacidade.

➤ Atividade Hospitalar

No ano 2019 a FAAD manteve a sua atividade no que respeita aos Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica, tendo os utentes a possibilidade de realizar exames e tratamentos em diferentes áreas. Esta situação verificou-se também ao nível das consultas de especialidade.

No que respeita à atividade cirúrgica, o ano 2019 foi bastante atípico, na medida em que tendo em conta a definição do protocolo para o ano e a necessidade de acomodar o excesso de atividade dos anos anteriores face ao limite imposto pela ARS, a atividade no âmbito do SNS foi restrita e muito controlada, sendo a quase totalidade das cirurgias efetuadas classificada como pequenas ou em regime de ambulatório, geradoras de menor valor. Porém, no último trimestre (por solicitação da ARS Centro), foi necessário retomar a atividade cirúrgica para resolver a lista de espera de 2017, em virtude das reclamações recebidas no Ministério da Saúde. Para isso, solicitaram a redução da atividade de medicina, medida a que nos opusemos pois em nada beneficiam a população nem o erário público.

Foram realizadas algumas intervenções cirúrgicas em regime particular e ao abrigo dos diversos subsistemas de saúde. Ressalvar que cerca de 33% da atividade cirúrgica da FAAD no ano 2019 foi ao abrigo do programa SIGIC, sendo que 71% da atividade ao abrigo deste programa no último triénio teve lugar neste ano. Os pedidos para realização de cirurgias neste âmbito aumentaram consideravelmente no ano 2019, o que denota não só a preferência dos utentes pela nossa Instituição, mas também a falta de capacidade instalada dos hospitais de origem em dar resposta atempada à sua lista de espera. cremos, que o facto de não poderem ser realizadas cirurgias na FAAD ao abrigo do SNS, contribui fortemente para o aumento das listas de espera nos hospitais centrais. Recorrendo os utentes à nossa Instituição para a realização de uma determinada cirurgia e não tendo nós anuência para satisfazer esta necessidade, os utentes são obrigados a dirigir-se ao seu hospital de referência, onde vão engrossar as listas de espera, para posteriormente serem operados nesta mesma Instituição, ao abrigo do SIGIC.

O quadro seguinte avalia o total da atividade para o programa SIGIC (que escapa ao espartilho do valor protocolado) nos anos de 2017 a 2019 em valor, que comprova um crescimento exponencial assim que a FAAD reduziu a sua própria cirurgia programada.

Handwritten signature and initials in blue ink.



Dando continuidade ao que desde 2015 se tem verificado, também em 2019, a Unidade Móvel de Saúde manteve a sua atividade com a comparticipação financeira do Município Oliveirense. Ao longo deste ano foram efetuados mais de 5300 atendimentos pelas três freguesias mais distantes do concelho. Este tem sido um serviço bastante gratificante na medida em que é possível fazer uma avaliação contínua do estado de saúde destas populações, verificando-se alguma melhoria na qualidade de vida dos utentes. A monitorização regular de algumas patologias, contribui para reduzir a necessidade de outro tipo de cuidados mais diferenciados, já evidentes no curto prazo e seguramente com consequências positivas no médio e longo.

4 – Investimentos

A situação económica em que a FAAD tem desenvolvido a sua atividade nos últimos anos, não se tem mostrado muito propícia à realização de investimentos. Sabemos, no entanto, que os investimentos são de extrema importância para o crescimento sustentado de qualquer estrutura organizacional, especialmente quando se pretende acompanhar as melhores práticas. Deste modo, ao longo do ano 2019 foram sendo realizados alguns investimentos, que na sua globalidade apresentam um valor de 35.827,09€. Destacamos os seguintes:

➤ *Equipamento para a Estrutura sita na Laqeosa*

Tendo em conta que esta estrutura passou totalmente para a posse da FAAD no início do ano 2019, e após termos procedido a uma avaliação dos equipamentos existentes, verificamos a necessidade de adquirir alguns bens que julgamos essenciais para a prestação de um serviço de qualidade. Foi então realizado um investimento de 2.446,04€, para além da recuperação do espaço.

➤ *Equipamento Hospitalar*

Estando a atividade hospitalar associada à constante e rápida evolução tecnológica, é crucial que se vão fazendo alguns investimentos. No ano 2019 foi realizado nesta área um investimento de 11.143,55€, onde destacamos a aquisição de dois desfibriladores, que foram alocados aos serviços de internamento.

➤ Equipamento Informático e Administrativo

A partilha e integração da informação deve, cada vez mais, ser feita da forma mais rápida e segura possível. Deste modo, têm sido realizados alguns investimentos nesta área, tanto ao nível do *software* como de equipamento informático e administrativo.

O investimento nesta área foi de 6.509,94€ em equipamentos e 3.464,91€ em *software*.

➤ Equipamento Cozinha

Sendo o número de refeições bastante elevado, todo o equipamento de cozinha é sujeito a um desgaste bastante acentuado. Foi assim necessário proceder à aquisição de algum equipamento no valor de 8.431,32€.

➤ Equipamento Diverso

Foram ainda adquiridos outros equipamentos no valor de 3.831,33€, onde destacamos o novo sistema de controlo de assiduidade.

Tendo em conta os objetivos que temos para a Instituição e as necessidades identificadas este valor de investimento é manifestamente insuficiente. Temos, no entanto, vindo a proceder com bastante cautela uma vez que a nossa prioridade, a par com a nossa própria razão de ser, tem vindo a ser honrar os nossos compromissos perante os colaboradores, fornecedores e o Estado.

5 – Produção

Como se pode verificar pela ilustração, a produção da FAAD no ano 2019 foi bastante semelhante à do ano 2018.

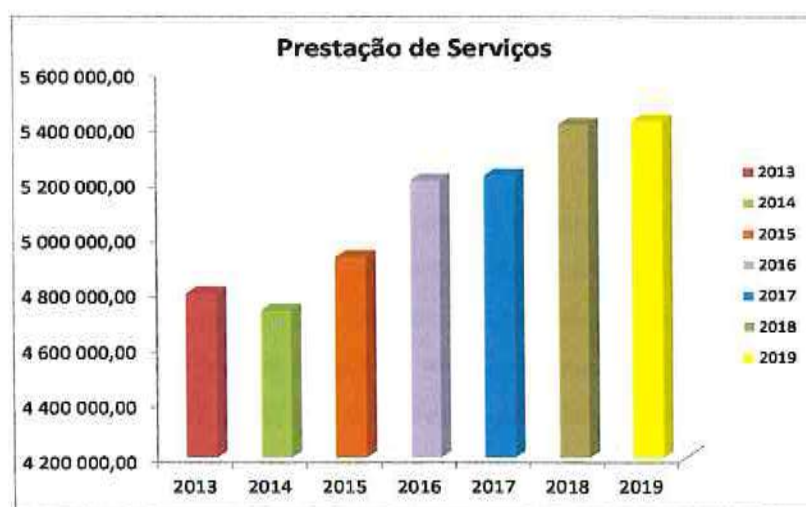


Ilustração 1 - Prestação de Serviços

[Handwritten signature]



Ilustração 2 - Resultado Liquido

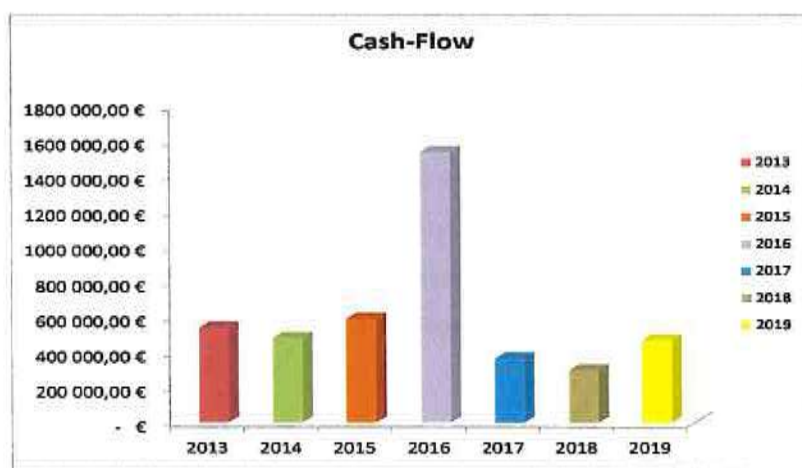


Ilustração 3 - Cash-Flow

No ano 2019 o Cash-Flow da FAAD foi de 470.982,02€, havendo um acréscimo comparativamente ao valor apresentado no ano 2018.

6 – Recursos Humanos

Em 2019 os custos com pessoal atingiram o valor de 3.236.207.76€, o que estabelecendo uma análise comparativa com o ano 2017 representa um incremento de aproximadamente 12%. Se compararmos o ano 2019 com o 2018 este valor representa um incremento de 5,9%, o que significa que houve um esforço para reduzir o impacto dos gastos com pessoal nos resultados, sendo que as saídas se deram por via de reformas e por solicitação dos trabalhadores. Durante o ano de 2020 ir-se-á ter em conta a atividade real para se adequar o quadro de necessidades, sendo que reflete especial cuidado neste período atípico de pandemia Covid-19.

Tendo sido concluído o processo de inclusão da atividade do Centro Comunitário da Lageosa com a FAAD, foram integrados na nossa estrutura organizacional os 10 colaboradores deste Centro.

Representando o valor dos gastos com pessoal uma fatia considerável das despesas globais da Instituição, houve uma preocupação generalizada com esta vertente num contexto de redução (imposta!) da atividade, tendo-se reduzido de 222 colaboradores em maio de 2019 para 203 no final do ano.

O absentismo laboral é um dos fatores que contribui para o aumento dos gastos com pessoal.

Sendo grande parte dos serviços da FAAD de prestação de cuidados, em regime de 24 horas por dia, o absentismo tem uma repercussão mais expressiva, pois o cuidado ao utente não pode ser protelado.

Apresentamos os valores dos últimos anos:

2018	2019	fev-20
5,60%	7,20%	5,40%

Temos vindo a tentar compreender os motivos que levam a que a taxa de absentismo da Instituição apresente estes valores, de modo a que consigamos implementar medidas que possibilitem a redução da mesma, sensibilizando dos diversos setores para com esta questão.

No ano 2020 continuaremos a investir nos Recursos Humanos, com o objetivo de melhorar o desempenho dos colaboradores, através da formação e reorganização dos circuitos de informação, exigindo dos meios informáticos respostas que são pertinentes para as decisões de gestão. A título de exemplo apresentamos uma tabela onde é possível aferir a percentagem a que corresponde o valor dos gastos com pessoal na totalidade de proveitos.

ANO	Gastos Pessoal	Proveitos	%
2010	1 935 834,88 €	5 881 862,21 €	0,33
2012	2 065 714,17 €	6 072 505,06 €	0,34
2013	2 155 756,77 €	5 737 294,70 €	0,38
2014	2 357 626,94 €	5 652 346,26 €	0,42
2017	2 847 348,26 €	6 215 714,83 €	0,46
2018	3 053 712,47 €	6 364 880,07 €	0,48
2019	3 236 207,76 €	6 531 366,49 €	0,50

7 - Articulação com o Serviço Nacional de Saúde

O Hospital da FAAD tem vindo a ser cerceado na sua atuação de diversos modos:

- » na abrangência territorial, limitando o internamento e intervenção cirúrgica a 3 concelhos (Oliveira do Hospital, Arganil e Tábua), quando em termos de regime convencionado (MCDT's e Consulta Externa) somos procurados por outros concelhos vizinhos, o que comprova a centralidade da unidade hospitalar, quer em termos geográficos quer em capacidade e qualidade da resposta;
- » no atraso de assinatura dos protocolos – apesar do mesmo prever pagamentos em duodécimos, a assinatura sempre no último mês do ano acarreta um hiato de recebimentos de perto de um ano, o que cria problemas financeiros e económicos incompatíveis com um planeamento a médio e longo prazo. No

ano de 2018 foi assinado a meados de dezembro e tivemos os primeiros recebimentos em janeiro seguinte e em 2019, assinado no final do ano, teve a vantagem de ter um articulado para 3 anos; no entanto, até março de 2020 ainda não foi pago nenhum dos duodécimos, o que frustra a expectativa de recebermos pagamentos paulatinamente ao longo do ano;

» a redução sistemática do valor disponível para comprometer em termos de serviços prestados, comunicado sempre com mais de 11 meses decorridos, que ajudou a criar um desfasamento de produção em relação ao plafond, que à data de 31/12/2018 se cifrava em 760,266,83€¹, e que no final de 2019, fruto da redução da atividade, foi incorporado na faturação em 58%. Assim, o valor a incorporar nos próximos 2 anos é de 319.834,67€

Protocolos	Teto faturação	
1989	s/ definição	
1997	s/ definição	
2002	s/ definição	
2011	2,500M€	
2014	2,200M€	
2017	1,505M€+60m€ urgência	9 Meses ²
2018	1,900M€+300m€ urgência	
2019/2020/2021	1,900M€ (urgência incluída)	

» o acréscimo de serviço com uma nova "linha de produção", urgência, não prevista no estudo que levou à sua inserção no protocolo e que, aquando da proposta inicial nos foi indicado como não considerada no plafond anual e contratada independentemente, o que não aconteceu logo no ano seguinte (mas, como já referimos, apenas comunicado quando já o ano estava a terminar).

» a comunicação foi de que a urgência teria um valor de 20 mil euros mensal para a disponibilidade e 10€ por atendimento com uma previsão de 1.000 atendimento mês. Desde o início que o serviço ultrapassa esse n.º de atendimentos em cerca de 25%, sem que da parte da ARS houvesse uma indicação de como proceder. Acresce ainda que daquele organismo foi dada como solução para o assunto reiteradamente suscitado da FAAD não ter como solicitar o transporte de ambulância para os menos de 1% de utentes que temos de transferir para a urgência dos CHUC, que será a de requisitar sempre a intervenção do INEM doravante e a FAAD conformar-se em suportar os 63.604,18€ faturados pelas 2 corporações de bombeiros

¹ Ao longo destes últimos anos a mudança do ICD9 para ICD10, da plataforma WebGDH para a SIMH causou diversos problemas aos hospitais, havendo diversos meses sem possibilidade de aferir a produção, o que provocou a incapacidade de ir acompanhando dia a dia o comprometimento das verbas.

² O ano de 2017 foi assinado para o período de 9 meses, para fazer coincidir a validade dos anos seguintes com o ano civil. O assunto reveste capital importância porque a questão foi suscitada no ano anterior e, *a posteriori*, definiram para efeito de aferição do teto, o período de abril de 2015 a março de 2016, o que fez com que não pagassem (assunto em reclamação) parte da fatura de março de 2016 por ultrapassar esse valor contratualizado (ver ponto 17.3 do anexo).

locais ao longo destes dois anos (em paralelo, o Centro de Saúde continua a requisitar os transportes, pelo que são dois pesos e duas medidas).

» A própria urgência vê assim diminuído o seu financiamento, pois se nos dois primeiros meses do seu funcionamento (novembro e dezembro de 2017) foi financiada tal como acordado, no ano seguinte e aparentemente para o de 2019, passou a 300 mil euros anuais por disponibilidade, como se 20 mil euros x 12 meses + 1000 utentes x 12 meses x 10€ não correspondesse a 360 mil euros. Em concreto, foram atendidos 15605 doentes em 2018, o que resultaria em (20m€ x 12 meses + 15605 x 10€) 396.050€ ao invés dos 300 mil. A mesma lógica para o ano de 2019, com 14820 atendimentos

2017		CA
	Novembro	1189
	Dezembro	1336
		2525
2018	Janeiro	1472
	Fevereiro	1202
	Março	1250
	Abril	1243
	Maio	1329
	Junho	1246
	Julho	1185
	Agosto	1391
	Setembro	1293
	Outubro	1252
	Novembro	1223
	Dezembro	1519
		15605


2019	Janeiro	1412
	Fevereiro	1191
	Março	1204
	Abril	1190
	Maio	1244
	Junho	1272
	Julho	1148
	Agosto	1249
	Setembro	1164
	Outubro	1250
	Novembro	1211
	Dezembro	1285
		14820

» A FAAD passou a ter uma lista de espera cirúrgica de diversas especialidades, decorrente do valor ser insuficiente para servir a população que tem aqui o seu Hospital de referência. Acresce que o facto de ter verbas consumidas em antecipação, teve de tomar por posição cancelar a atividade cirúrgica desde outubro do ano de 2018, pois a redução não era suficiente para acomodar esse excesso.

» Inclusão de mais uma regra de restrição de acesso ao Hospital da FAAD (suspensão da consulta externa até estar debelada a lista de espera cirúrgica) com o encaminhamento para outras unidades do sistema convencionado, algumas das quais até com tabelas mais vantajosas (exemplo do Hospital de Anadia, cuja consulta é paga pelo CTH a 38,50€)³ É completamente descurado o histórico de atendimento e a oferta nesta IPSS, à revelia das instruções vertidas no modelo de análise prévia dos acordos de cooperação, documento de abril de 2019⁴. Uma análise custo benefício nunca pode deixar de considerar o custo global líquido dos benefícios conseguidos com essa contratação, ao invés de corte transversal que origina custos, nalguns casos exponencialmente superiores para o Ministério da Saúde como um todo, ainda que deixem de ser da ARS. Lembrar pois que a essa análise devem depois ser aditados benefícios não monetizáveis,

³ Página 4 de ficheiro em <http://www.acss.min-saude.pt/wp-content/uploads/2019/01/Adenda-2018-SCM-Anadia-Homologada-PUB.pdf>

⁴ Ponto 3.2 do ficheiro em <http://www.acss.min-saude.pt/wp-content/uploads/2019/05/Modelo-Analise-Avaliacao-Previa-Acordos-de-Cooperacao-IPSS-Homologado-a-220419.pdf>



fatores para os quais a FAAD não tem encontrado interlocutores interessados em escutar. Aliás, não é preciso recuar muito para conhecer uma FAAD sem lista de espera, que artificialmente lhe foi induzida e agora ampliada.

» O Hospital público de referência não consegue resolver dentro dos TMRG as situações clínicas cirúrgicas propostas, o que se torna evidente quando parte destas situações acabaram por retornar à FAAD via SIGIC pois os utentes foram consultados nesses hospitais perante a falta de resposta da FAAD;

» Deficiente qualidade da avaliação custo benefício, quando a ARS desconhece o custo das alternativas, nomeadamente o custo do antigo SAP. Esse trabalho é pouco cuidado, descure o ponto 4.4 do documento atrás mencionado: basta analisar que o anexo ao protocolo da S C Mealhada tem dados referentes à FAAD para justificar a distância a serviços alternativos (como se não houvesse diferenças entre O.H. e a Mealhada no acesso aos CHUC ou mesmo a outras unidades de saúde públicas). O exercício já feito quanto à poupança em transportes não mereceu qualquer comentário da ARS, com exceção da necessidade de nos “conformarmos” com o assumir desses custos por parte da FAAD.

» A ação da FAAD é fundamental no dia-a-dia, pois tem respostas em que é a única prestadora na região (seja na saúde seja na ação social), algumas das quais premiadas pela efetividade na melhoria das condições de vida das populações e recentemente testadas ao extremo nos incêndios de outubro de 2017 e hoje, uma vez mais, na pandemia provocada pelo Covid-19;

» A relação com a ARS Centro é ainda pouco proveitosa para a instituição por ter que, reiteradamente, suscitar a discussão de pontos em aberto como seja o pagamento da faturação em atraso, nomeadamente a de março de 2016, de 193.430,26€. Trata-se da interpretação divergente da aferição do teto de faturação, sendo que, inexplicavelmente, a ARS deu como paga integralmente a faturação desse período, o que na prática não sucedeu (existe envio de correspondência a esse propósito, para a qual aguardamos resposta).

8 - Perspetiva para o futuro

Ainda que sendo um efeito colateral, a FAAD hoje contribui para a fixação de população jovem e tecnicamente instruída, tendo 203 funcionários diretos e um conjunto de 3 centenas de profissionais a ela ligados em diversos tipos de contratos, sendo o maior contribuinte para a Segurança Social no concelho. Não mereceria este esforço um outro tipo de consideração?

Mas não: A FAAD experiencia dificuldades em ser sustentável, estando comprometida a sua ação diversificada em função empurrar para o *deficit* causado a toda a estrutura por este conjunto de fatores, bem como a sua capacidade de investimento, fundamental para o cumprimento de obrigações legais e melhor prática hodierna da medicina;

A FAAD tem solicitado reuniões com a Senhora Ministra e com a sua equipa para procurar mostrar as suas dificuldades e, especialmente, as diferenças de tratamento de realidades semelhantes, como as que aqui demonstramos:

No site da ACSS estão disponibilizados os contratos programa com diversas IPSS e Misericórdias (11), sendo que em relação a 2019 só a ARS Centro não tem registado qualquer contrato.

Procurando semelhanças em termos de atividade, para que se nos aplique o mesmo tipo de contratação como faz a ARS Norte, verificamos que a urgência e a consulta externa têm valores bastante diferentes dos indicados pela ARS Centro. A FAAD, por não ter ainda a funcionar o CTH (sempre adiado por questões técnicas, embora a FAAD se mostrou disponível para iniciar, investindo na rede de telecomunicações que nos foi solicitada), tem acesso a poder prestar consultas pelo regime convencionado, com o valor de 7,75€. Ainda que o valor do CTH seja compreensivo, ou seja, abarca MCDT's, há um diferencial que se não percebe.

Quanto à urgência, escolhemos um exemplo, Santa Casa da Misericórdia de Felgueiras, por ser a com maior semelhança e termos tido oportunidade de contactar. Dizem-nos que a urgência contempla o atendimento médico e RX. Os doentes que necessitem, por exemplo, de análises clínicas logo transferem para Guimarães ou Penafiel, usando verbetes dos Bombeiros, ou seja, são os Bombeiros que faturam ao SNS. A verba contratualizada para a disponibilidade, decalcando precisamente o mesmo horário da FAAD, é de 326.712,33, o que corresponderá a 56,13€ por hora, acrescentando 10€ por utente até ao limite de 30 mil atendimentos.

ANEXO II
Produção contratada e remuneração (2019)

SCM FELGUEIRAS	Preço Unitário €	Quantidade	ICM	Valor €
Consulta Externa				
Total de consultas externas		12.561		
Primeiras consultas	38,50 €	8.051		309.963,50 €
Consultas subsequentes	35,00 €	4.510		157.850,00 €
Remuneração total da consulta externa				467.813,50 €
GDH Ambulatório				
GDH cirúrgicos	2.285,00 €	1.600	0,5837	2.134.007,20 €
GDH médicos	2.285,00 €	31	0,2513	17.800,84 €
Remuneração total GDH Ambulatório				2.151.808,04 €
GDH Internamento				
GDH cirúrgicos	2.285,00 €	310	0,9581	678.670,14 €
Remuneração total de GDH				2.830.478,17 €
Serviço Atendimento Permanente				
Valor disponibilidade de Serviço				326.712,33 €
Disponibilidade para os dias de semana das 20h às 08h e fins de semana e feriados das 08h às 08h.				
Serviço Atendimento Permanente	10,00 €	30.000		300.000,00 €
Remuneração Total Episódios de Atendimento				626.712,33 €
Valorização da Produção Contratada				3.925.004,00 €
Incentivos à Produção Contratada				206.579,16 €
Valor Total do Acordo				4.131.583,16 €
Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica (MCDT)(1)				
Análises Clínicas - Área A				
Anatomia Patológica - Área B				
Cardiologia - Área C (ECO;ELETRO;P. ESFORÇO;HOLTER ETC)				
Exames Comuns - Área Z				
Gastroenterologia - Área F(COLON.;ENDOS.;SEDAÇÃO/ANALGESIA;POLIP.;RETO.;BIÓPSIAS ETC)				
Hemodialise				
Medicina Física e de Reabilitação - Área G				
Neurofisiologia - Área L				

Mas se ponderarmos a análise sobre Riba D'Ave, idêntico a Marco de Canavezes, diminui o nº de horas atendimento diário de 12 para 4 horas (20 às 24), o valor de disponibilidade sobe para 70,67€ hora mantendo o mesmo valor por atendimento (10€).

ANEXO II
Produção contratada e remuneração (2019)


SCM RIBA D'AVE	Preço Unitário €	Quantidade	ICM	Valor €
Consulta Externa				
Total de Consultas Externas		21.013		
Primeiras Consultas Médicas	38,50 €	12.004		462.154,00 €
Consultas Médicas Subsequentes	35,00 €	9.009		315.315,00 €
Remuneração Total da Consulta Externa				777.469,00 €
GDH Ambulatório				
GDH cirúrgicos	2.285,00 €	3.418	0,5892	4.601.728,60 €
GDH médicos	2.285,00 €	75	0,2499	42.826,61 €
Remuneração total GDH Ambulatório				4.644.555,21 €
GDH Internamento				
GDH cirúrgicos	2.285,00 €	845	0,9493	1.832.932,17 €
Remuneração total de GDH				6.477.487,38 €
Serviço de Atendimento Permanente				
Valor disponibilidade de Serviço				160.045,66 €
Disponibilidade para os dias de semana das 20h às 24h e fins de semana e feriados das 08h às 24h.				
Serviço Atendimento Permanente	10,00 €	28.500		285.000,00 €
Remuneração Total Episódios de Atendimento				445.045,66 €
Valorização da Produção Contratada				7.700.002,04 €
Incentivos à Produção Contratada				405.263,27 €
Valor Total do Acordo				8.105.265,31 €

Que dizer aos 44,67€/hora para a urgência da FAAD, que na realidade só funcionou nos dois meses de 2017, que depois passou a 34,36€/hora, com o não pagamento dos utentes acima dos 10.000 por ano e quererem que se assuma o custo das ambulâncias por incapacidade de podermos usar a plataforma de solicitação de transportes – impossibilidade essa que a ARS Norte aparentemente não tem!

Desconhecemos o n.º de doentes aí transferidos, mas no nosso caso é de aproximadamente 0,8% do total de doentes, usando outro MCDT's internos. Assim, a uma capacidade instalada superior e tecnicamente mais elaborada deveria corresponder um valor de disponibilidade maior, quando na prática tem metade do exemplo de Riba D'Ave.

Esta diminuição dos custos de transporte não tem paralelo com o que sucedia no antigo SAP e o que ainda hoje acontece das 8 às 20 nos dias úteis no Centro de Saúde, mas isso não suscita a tomada de medidas que permitam essa poupança, a melhoria dos serviços prestados: um concelho a duas velocidades, prejudicando aquele que é mais dinâmico e apresenta custos inferiores.

Aliás, qualquer um destes protocolos apresentam incentivos à produção contratada, quando à FAAD lhe são impostos limites que provocaram lista de espera sem capacidade de resposta atempada nos Hospitais da rede pública e sem benefício para nenhum dos intervenientes.



Estes factos, por tão evidentes, dão alento à pretensão de sermos escutados, procurando que a relação com o Ministério da Saúde venha a ser semelhante da que se tem tido com o da Solidariedade e Ação Social, acalentando alguma positividade e esperança.

Hoje, no contexto de Pandemia por causa do Corona Vírus, que até dificulta as reuniões do próprio Conselho de Administração, atrasou o encerramento de conta e obrigou a adiar a sua apresentação em sede de Assembleia Geral de Liga de Amigos (hoje ainda sem data marcada), estamos a ser colocados à prova na nossa resiliência e estamos a ser bem-sucedidos, especialmente por estarmos a obter resultados das medidas tomadas, mesmo que difíceis. Isso reforça a nossa determinação em procurar sempre o melhor para todos os interessados e beneficiários da nossa ação, cientes da nossa quota de responsabilidade para com o legado de todos os que nos antecederam.

Nessa prudência, consideramos que deveremos transferir o resultado positivo do exercício de 244.643,70€ para a rubrica de resultados transitados, reforçando o Capital Próprio, "almofada" que será muito útil nestes próximos meses.

Por fim, referir que foi submetida a versão final dos Estatutos para aprovação, tendo em conta as sugestões da Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros para adaptação à Lei-quadro das Fundações e ao reformulado Estatuto de IPSS, sendo que à data de realização deste relatório indica o portal <http://www2.sg.pcm.gov.pt/GEUPF/Secure/ProcessoPendente.aspx> que "Aguarda decisão".

Oliveira do Hospital, 27 de março de 2020

O Conselho de Administração



Aux. Clística Silva

BALANÇO

FUNDAÇÃO DE AURELIO AMARO DINIZ - IPSS
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Contribuinte: 500746621
Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2019	31 DEZ 2018
ACTIVO			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	3 209 460,41	3 365 822,91
Bens do património histórico e artístico e cultural		0,00	0,00
Ativos Intangíveis	6	16 461,37	32 413,60
Investimentos financeiros	17.1	22 242,05	9 060,67
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes		0,00	0,00
		3 248 163,83	3 407 297,18
Activo corrente			
Inventários	9	100 019,69	107 558,03
Créditos a receber	17.3	997 457,14	3 249 330,44
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Diferimentos	17.5	3 420,73	2 141,65
Caixa e depósitos bancários	17.6	2 342 051,54	474 279,37
Estado e Outros Entes Públicos	17.9	3 086,09	23 396,41
Outros Ativos Correntes	17.4	1 430 454,54	980 525,83
		4 876 489,73	4 837 231,73
Total do ativo		8 124 653,56	8 244 528,91
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	17.7	1 591 388,23	1 591 388,23
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados	17.7	4 124 003,77	4 103 555,90
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	17.7	947 040,45	966 436,99
		6 662 432,45	6 661 381,12
Resultado líquido do período		244 643,70	20 447,87
Total dos fundos patrimoniais		6 907 076,15	6 681 828,99
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	11	101 684,04	101 684,04
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
		101 684,04	101 684,04
Passivo corrente			
Fornecedores	17.8	412 978,23	514 686,69
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	113 156,48
Diferimentos		0,00	0,00
Estado e Outros Entes Públicos	19.9	82 378,67	97 188,00
Outros Passivos Correntes	17.10	620 536,47	735 984,71
		1 115 893,37	1 461 015,88
Total do passivo		1 217 577,41	1 562 699,92
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		8 124 653,56	8 244 528,91

A Direcção

O Responsável

000 13364

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

FUNDAÇÃO DE AURELIO AMARO DINIZ - IPSS
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Contribuinte: 500746621
Moeda: (Valores em Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		31 DEZ 2019	31 DEZ 2018
Prestações de serviços	10	5 421 859,72	5 408 788,98
Subsídios, doações e legados à exploração	17.12	874 354,19	691 625,25
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade	17.16	135 335,03	134 478,08
Custos das mercadorias vendidas e das matérias	9	1 003 346,62	1 008 982,68
Fornecimentos e serviços externos	17.13	1 801 395,99	1 995 383,43
Gastos com o pessoal	15	3 236 207,76	3 053 712,47
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	17.14	96 305,23	120 874,41
Outros gastos e perdas	17.15	17 913,48	8 795,30
Resultado antes de depreciações, gastos de		468 990,32	288 892,84
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5 e 6	226 038,32	277 227,57
Resultado operacional (antes de gastos de		242 952,00	11 665,27
Juros e rendimentos similares obtidos	17.17	3 512,32	9 113,35
Juros e gastos similares suportados	17.17	1 820,62	330,75
Resultados antes de impostos		244 643,70	20 447,87
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		244 643,70	20 447,87

A Direcção

O Responsável

000 13364

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

FUNDAÇÃO AURÉLIO AMARO DINIZ - IPSS
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PERIÓDICA
PERÍODO FINDO EM 31 DE REG. EXERCÍCIO DE 2019

NIPC: 500 746 621
Moeda: Valores em Euros

RÚBRICAS	DATAS	
	2019	2018
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo		
Recebimentos de Clientes e Utentes	7 186 787,17	3 329 885,58
Pagamentos de subsídios à Exploração	874 354,19	691 625,25
Pagamentos de Rendimentos Suplementares Operacionais	57 571,70	51 333,04
Pagamentos de Subsídios	0,00	0,00
Pagamentos de Apoios	0,00	0,00
Pagamentos de Bolsas	0,00	0,00
Pagamento a Fornecedores	3 095 099,07	3 128 274,81
Pagamentos ao Pessoal	2 043 144,51	1 930 508,64
<i>Caixa gerada pelas operações</i>	<i>2 980 469,48</i>	<i>-985 939,58</i>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos	-1 088 025,14	-974 871,34
<i>Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)</i>	<i>1 892 444,34</i>	<i>-1 960 810,92</i>
Fluxos de caixa das actividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	50 258,68	54 150,38
Ativos intangíveis	3 464,91	20 524,96
Investimentos financeiros	0,00	2 982,47
Outros ativos	0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis	13 965,94	13 141,81
Ativos intangíveis	0,00	0,00
Investimentos financeiros	0,00	0,00
Outros ativos	0,00	0,00
Subsídios ao investimento	0,00	0,00
Juros e rendimentos similares	3 512,32	9 113,35
Dividendos	0,00	0,00
<i>Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)</i>	<i>-36 245,33</i>	<i>-55 402,65</i>
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	0,00	0,00
Realização de fundos	0,00	0,00
Cobertura de prejuízos	0,00	0,00
Doações	13 393,78	27 056,42
Outras operações de financiamentos	0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	0,00	0,00
Juros e gastos similares	1 820,62	330,75
Dividendos	0,00	0,00
Redução de fundos	0,00	0,00
Outras operações de financiamento	0,00	0,00
<i>Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)</i>	<i>11 573,16</i>	<i>26 725,67</i>
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	1 867 772,17	-1 989 487,90
Efeito das diferenças de câmbio	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	474 279,37	2 463 767,27
Caixa e seus equivalentes no fim do período	2 342 051,54	474 279,37

A Direcção

O Responsável

[Handwritten signature in blue ink]

[Handwritten mark or signature]



Fundação Aurélio Amaro Diniz

FUNDAÇÃO DE AURÉLIO AMARO DINIZ - IPSS
Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados
31 de dezembro de 2019

1 Identificação da Entidade

A "FUNDAÇÃO DE AURÉLIO AMARO DINIZ - IPSS" é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de "Fundação" com estatutos publicados no Diário da República n.º 212, Série III, de 2 de agosto de 1984, com sede em Rua António Mendes Monteiro - Quinta da Comenda - 3400-083 Oliveira do Hospital, dando expressão organizada no dever de solidariedade e de justiça entre indivíduos mediante a concessão de bens e prestação de serviços.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2019 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado nos termos dos nºs 1, 5 e 6 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho.

O Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Base para Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;
- NCRF-ESNL – Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de julho;
- Normas Interpretativas (NI);

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012.

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".



3.1.2 Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins (Sustentabilidade).

3.1.3 Compreensibilidade

A informação das Demonstrações Financeiras deve ser de fácil compreensão para os Utentes. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade é dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante de mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O

exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o cotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras se respeitam os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.



3.2.2 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados pelo Valor Patrimonial Tributário.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Pelo regime de depreciações utilizado anteriormente revelar efetuar uma estimativa de vida útil adequada, mantiveram-se as taxas até aqui utilizadas, extraídas da legislação fiscal.

Nesta rubrica encontram-se ainda incluídos “as designadas propriedades de investimento (terrenos e edifícios) ”.

Não está ainda registado, por falta da realização da escritura, o património do Centro Comunitário da Lageosa, edificado em terrenos da FAAD, nos termos da cedência da atividade do Associação dos Amigos da Lageosa para a FAAD. Esse processo deverá ocorrer nos próximos meses, o que não aconteceu por estes dias por encerramento do Cartório (como medida profilática) onde todo o processo já está reunido.

3.2.3 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, extraído da legislação fiscal.

3.2.4 Bens do património histórico e cultural

Não existem bens do património histórico e cultural.

3.2.5 Investimentos financeiros

A FAAD é detentora de participações em duas cooperativas, tendo sido o seu registo efetuado pelo valor da aquisição das mesmas. Em ambas foi recebido donativo de terceiros para a aquisição desse capital.

3.2.6 Inventários

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor do custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o Custo Médio Ponderado.

3.2.7 Instrumentos Financeiros

Não existem mecanismos negociados de eliminação de riscos financeiros (câmbios, taxas de juro, entre outros).

➤ Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

➤ Clientes e outras contas a Receber

Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim, retratar o valor realizável líquido.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente.

➤ Outros ativos e passivos financeiros

Não existem instrumentos financeiros a reconhecer.

➤ Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

➤ Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.8 Fundos Patrimoniais

Não aplicável.



3.2.9 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um *exfluxo* que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir *exfluxo* englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.10 Financiamentos Obtidos

➤ Empréstimos obtidos

Não existem empréstimos junto de instituições bancárias ao longo de todo o exercício, sendo que os gastos apresentados como comissões bancárias correspondem a comissões de serviços.

➤ Locações

Não existem contratos de locação.

3.2.11 Estado e Outros Entes Públicos

A FAAD encontra-se isenta de IRC conforme despacho dos Ministérios das Finanças e do Trabalho e Solidariedade de 16 de julho de 1998 (Diário da República III Série, nº 227).

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não houve alterações às políticas contabilísticas seguidas.

5 Ativos tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2018 e 2019, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, forma desenvolvidas de acordo com os seguintes quadros:

2018						
Descrição	Saldo Inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	1 304 744,24 €	- €	- €	- €	- €	1 304 744,24 €
Edifícios e outras construções	4 392 543,77 €	- €	- €	- €	- €	4 392 543,77 €
Equipamento básico	1 714 392,91 €	51 828,29 €	1 792,01 €	- €	- €	1 764 429,19 €
Equipamento de transporte	180 830,05 €	- €	- €	- €	- €	180 830,05 €
Equipamento biológico	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Equipamento administrativo	410 623,79 €	27 716,06 €	- €	- €	- €	438 339,85 €
Outros Activos fixos tangíveis	27 203,32 €	- €	- €	- €	- €	27 203,32 €
Investimentos em Curso	32 250,60 €	13 825,20 €	- €	- €	- €	46 075,80 €
Total	8 062 588,68 €	93 369,55 €	1 792,01 €	- €	- €	8 154 166,22 €
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Edifícios e outras construções	2 435 011,63 €	110 572,27 €	- €	- €	- €	2 545 583,90 €
Equipamento básico	1 559 366,24 €	112 395,43 €	1 792,01 €	- €	- €	1 669 969,66 €
Equipamento de transporte	134 314,80 €	13 391,75 €	- €	- €	- €	147 706,55 €
Equipamento biológico	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Equipamento administrativo	389 947,43 €	19 049,99 €	- €	- €	- €	408 997,42 €
Outros Activos fixos tangíveis	14 791,34 €	1 293,17 €	- €	- €	- €	16 084,51 €
Total	4 533 431,44 €	256 702,61 €	1 792,01 €	- €	- €	4 788 343,31 €

Ilustração 4 - Ativos Fixos Tangíveis 2018

2019						
Descrição	Saldo Inicial	Aquisições /	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	1 304 744,24 €	- €	- €	- €	- €	1 304 744,24 €
Edifícios e outras construções	4 392 543,77 €	18 702,15 €	- €	- €	- €	4 411 245,92 €
Equipamento básico	1 764 429,19 €	23 944,95 €	1 100,00 €	- €	- €	1 787 274,14 €
Equipamento de transporte	180 830,05 €	- €	- €	- €	- €	180 830,05 €
Equipamento biológico	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Equipamento administrativo	438 339,85 €	7 611,58 €	- €	- €	- €	445 951,43 €
Outros Activos fixos tangíveis	27 203,32 €	- €	- €	- €	- €	27 203,32 €
Investimentos em Curso	46 075,80 €	- €	- €	- €	- €	46 075,80 €
Total	8 154 166,22 €	50 258,68 €	1 100,00 €	- €	- €	8 203 324,90 €
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Edifícios e outras construções	2 545 583,90 €	110 098,43 €	- €	- €	- €	2 655 682,33 €
Equipamento básico	1 669 969,66 €	67 864,79 €	1 100,00 €	- €	- €	1 736 734,45 €
Equipamento de transporte	147 706,55 €	13 391,75 €	- €	- €	- €	161 098,30 €
Equipamento biológico	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Equipamento administrativo	408 997,42 €	14 070,47 €	- €	- €	- €	423 067,89 €
Outros Activos fixos tangíveis	16 084,51 €	1 195,74 €	- €	- €	- €	17 280,25 €
Total	4 788 342,04 €	206 621,18 €	1 100,00 €	- €	- €	4 993 864,49 €

Ilustração 5 - Ativos Fixos Tangíveis 2019

6 Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escritura no início e no fim dos períodos de 2018 e 2019, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com os seguintes quadros:

2018						
Descrição	Saldo Inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Goodwill	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Projectos de Desenvolvimento	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Programas de Computador	42 130,21 €	38 346,48 €	- €	- €	- €	80 476,69 €
Propriedade Industrial	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros Ativos Intangíveis	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Total	42 130,21 €	38 346,48 €	- €	- €	- €	80 476,69 €
Depreciações acumuladas						
Goodwill	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Projectos de Desenvolvimento	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Programas de Computador	27 538,13 €	20 524,96 €	- €	- €	- €	48 063,09 €
Propriedade Industrial	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros Ativos Intangíveis	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Total	27 538,13 €	20 524,96 €	- €	- €	- €	48 063,09 €

Ilustração 6 - Ativos Fixos Intangíveis 2018

2019						
Descrição	Saldo Inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Goodwill	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Projectos de Desenvolvimento	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Programas de Computador	80 476,69 €	3 464,91 €	- €	- €	- €	83 941,60 €
Propriedade Industrial	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros Ativos Intangíveis	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Total	80 476,69 €	3 464,91 €	- €	- €	- €	83 941,60 €
Depreciações acumuladas						
Goodwill	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Projectos de Desenvolvimento	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Programas de Computador	48 063,09 €	19 417,14 €	- €	- €	- €	67 480,23 €
Propriedade Industrial	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros Ativos Intangíveis	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Total	48 063,09 €	19 417,14 €	- €	- €	- €	67 480,23 €

Ilustração 7 - Ativos Fixos Intangíveis 2019

7 Locações

Não aplicável.

8 Custos de Empréstimos Obtidos

Não se verificaram encargos com empréstimos bancários.

9 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2019 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	2018				2019		
	Inventário Inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	96 421,69 €	1 020 119,02 €	- €	107 558,03 €	995 808,28 €	- €	100 019,69 €
Produtos acabados e intermédios	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Produtos e trabalhos em curso	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Total	96 421,69 €	1 020 119,02 €	- €	107 558,03 €	995 808,28 €	- €	100 019,69 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	- €	- €	- €	1 008 982,68 €	- €	- €	1 003 346,62 €
Variações nos inventários da produção	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €

Ilustração 8 - Inventários

10 Rédito

Para os períodos de 2018 e 2019 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2019	2018
Vendas	27 399,63 €	29 402,63 €
Prestação de Serviços		
Quotas de Utilizadores, Matrículas e Mensalidades de Utentes	746 463,41 €	645 392,97 €
Promoções para captação de recursos	4 647 996,68 €	4 733 993,38 €
Total	5 421 859,72 €	5 408 788,98 €

Ilustração 9 – Rédito

No ano 2019, verificou-se um aumento da receita no que respeita ao montante recebido a título de mensalidades de utentes. Tendo sido concluído o processo de transferência da gestão do Centro Comunitário da Lageosa para a FAAD, o número de utentes sofreu um acréscimo o que implica um aumento do rendimento associado (seja por via das comparticipações familiares seja da comparticipação da Segurança Social). O valor das mensalidades referente aos utentes destas respostas foi de aproximadamente 79.500,00€.

11 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

➤ Provisões

Mantém-se a provisão constituída no ano 2013 no valor de 101.684,04€ em virtude de não haver resposta ao recurso hierárquico enviado à Segurança Social por se discordar da necessidade de devolução de verbas a quando da gestão da “Casa Sarah-Beirão” em Travanca de Lagos.

➤ Passivos contingentes

Não se aplica.

➤ Ativos contingentes

Não se aplica.

12 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de dezembro de 2017 e 2018, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2019	2018
Subsídios do Governo		
ISS, IP - Centro Distrital	762 191,41 €	617 569,35 €
IEFP - Centro Emprego Arganil	69 054,44 €	32 516,00 €
Autarquias	16 437,50 €	15 500,00 €
POPH	- €	- €
IFADAP	34,52 €	636,64 €
Instituto Gestão Fin. Seg. Social	- €	- €
Apoios do Governo		
Total	847 717,87 €	666 221,99 €

Ilustração 10 - Subsídios e Apoios do Governo

Relativamente ao valor recebido a título de subsídio por parte do Centro Distrital de Segurança Social, importa mencionar que o mesmo sofreu um aumento quando comparado com o valor do ano 2018, na sequência da integração do movimento assistencial do Centro Comunitário da Lageosa. Correspondendo este subsídio ao pagamento dos acordos de cooperação protocolados para cada uma das respostas sociais, com a concretização do processo de fusão, os acordos existentes no referido Centro Comunitário foram integralmente transferidos para a FAAD, tal como se solicitou desde o início do processo no sentido de viabilizar aquela estrutura. O montante correspondente a estes acordos é de aproximadamente 140.000,00€.

13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Não se aplica.

14 Imposto sobre o Rendimento

Não se aplica.

15 Benefícios dos empregados

O número e membros dos órgãos diretivos manteve-se, à semelhança dos anos anteriores, nos 5 elementos, não existindo qualquer vínculo como entidade patronal com qualquer um dos membros dos órgãos sociais, cuja função é desempenhada sem qualquer remuneração.

Após análise, procedemos a pequenas alterações que submetemos à Presidência do Conselho de Ministros no passado mês de dezembro, pelo que estamos, neste momento, a aguardar decisão por parte desta entidade.

O número médio de pessoas com vínculo contratual ao serviço da Entidade em 31/12/2018 era de 213, tendo passado para 203 à mesma data de 2019.

Os gastos incorridos pela FAAD com os funcionários foram as seguintes:

Descrição	2019	2018
Remunerações aos Órgãos Sociais	- €	- €
Remunerações ao pessoal	2 636 276,04 €	2 530 308,82 €
Benefícios Pós-Emprego	- €	- €
Indemnizações	- €	1 996,00 €
Encargos sobre as Remunerações	538 887,86 €	486 681,79 €
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	28 925,63 €	17 316,22 €
Gastos de Acção Social	5 514,66 €	4 503,72 €
Outros Gastos com o Pessoal	26 603,57 €	16 897,92 €
Total	3 236 207,76 €	3 053 712,47 €

Ilustração 11 - Benefícios dos Empregados

16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas em 2019 foram de 7.200,00€.

17 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

17.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2018 e 2019, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2019	2018
Investimentos em subsidiárias	- €	- €
Método de Equivalência Patrimonial	- €	- €
Outros Métodos	- €	- €
Investimentos em associadas	- €	- €
Método de Equivalência Patrimonial	- €	- €
Outros Métodos	- €	- €
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	- €	- €
Método de Equivalência Patrimonial	- €	- €
Outros Métodos	- €	- €
Investimentos noutras empresas	6 078,20 €	6 078,20 €
Outros investimentos financeiros	16 163,85 €	2 982,47 €
Perdas por Imparidade Acumuladas	- €	- €
Total	22 242,05 €	9 060,67 €

Descrição	2019	2018
Cooperativa Rádio Boa Nova	5 000,00 €	5 000,00 €
Caixa Crédito Agrícola de Oliveira do Hospital, CRL	1 078,20 €	1 078,20 €
Total	6 078,20 €	6 078,20 €

Ilustração 12 - Investimentos Financeiros

Nesta rubrica encontra-se reconhecido o valor correspondente ao Fundo de Compensação dos trabalhadores, bem como as participações de capital.

17.2 Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

Não se aplica.

17.3 Créditos a Receber

Para os períodos de 2018 e 2019 a rubrica "Créditos a receber" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	995 740,20 €	3 251 430,77 €
Utentes	3 817,27 €	- €
Clientes e Utentes títulos a receber		
Clientes	- €	- €
Utentes	- €	- €
Clientes e Utentes factoring		
Clientes	- €	- €
Utentes	- €	- €
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Clientes	2 100,33 €	2 100,33 €
Utentes	- €	- €
Total	997 457,14 €	3 249 330,44 €

Ilustração 13 - Créditos a Receber

Destacamos ainda que existe uma diferença detetada em sede de reconciliação e já formalmente comunicada solicitando explicação, na conta corrente da ARS Centro, pois a falta de pagamento que temos em reclamação de parte da fatura de internamento de março de 2016, no valor de 193.430,26€

(por discordância quanto ao período de aferição do protocolo, que nesse ano em específico não foi feito ao ano civil por interpretação diversa do protocolo por parte dos serviços financeiros da ARS) não está evidenciada na contabilidade dessa entidade, que inexplicavelmente a tem dada como paga. Aguardamos, para além do pagamento de que não abdicamos, a correta evidenciação da dívida pois não foi até ao momento recebido o pagamento nem emitido qualquer documento de quitação.

17.4 Outros Ativos Correntes

A rubrica "Outros ativos correntes" tinha, em 31 de dezembro de 2018 e 2019, a seguinte decomposição:

Descrição	2019	2018
Remunerações a pagar ao pessoal	- €	- €
Adiantamentos ao pessoal	- €	- €
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	- €	- €
Devedores por acréscimos de rendimentos	1 430 195,54 €	980 266,83 €
Outras operações	- €	- €
Outros Devedores	7 677,49 €	7 677,49 €
Perdas por Imparidade	- 7 418,49 €	- 7 418,49 €
Total	1 430 454,54	980 525,83

Ilustração 14 - Outros Ativos Correntes

No ano 2018 foi registado nesta rubrica um acréscimo de rendimento de 760.266,83€ referente à imputação dos serviços prestados na área hospitalar que excederam o montante definido protocolarmente, com a ARS Centro, como montante máximo. Tendo em conta a produção do ano 2019, foi possível abater este montante em 57,93%, ficando o remanescente para o(s) anos(s) seguinte(s).

Encontra-se também inscrito nesta rubrica um acréscimo de rendimento no valor de 920.360,87€ referente a um conjunto de processos SIGIC, que de acordo com as regras, só poderão ser faturados após validação por parte da ARS Centro e dos Hospitais de Origem. Este é um valor, na aplicação do princípio da especialização do exercício, com um impacto significativo nos resultados, que resulta de um incremento bastante expressivo da atividade ao abrigo do programa SIGIC (Ver ponto 3 do Relatório Atividade).

Na sequência deste acréscimo de rendimento, surge o apuramento de um acréscimo de gastos no valor de 205.384,35€ correspondente ao valor a pagar às equipas cirúrgicas pela prestação destes serviços.

17.5 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2018 e 2019, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2019	2018
Gastos a Reconhecer		
Seguros	3 420,73 €	2 141,65 €
Total	3 420,73 €	2 141,65 €
Rendimentos a Reconhecer		
Total	3 420,73 €	2 141,65 €

Ilustração 15 - Diferimentos

17.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2018 e 2019, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2019	2018
Caixa	1 103,29 €	2 143,05 €
Depósitos à ordem	1 338 253,25 €	62 965,96 €
Depósitos a prazo	1 002 695,00 €	399 923,33 €
Outros	- €	9 247,03 €
Total	2 342 051,54 €	474 279,37 €

Ilustração 16 - Caixa e Depósitos Bancários

A remuneração pouco atrativa dos depósitos a prazo, a incerteza quanto aos pagamentos nos primeiros meses por parte da ARS e a necessidade de pagamentos atempados junto de fornecedores, que nesta fase de pandemia muitas vezes é solicitado em antecipado, justificam o valor elevado ser mantido em D.O.

17.7 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	1 591 388,23 €	- €	- €	1 591 388,23 €
Excedentes técnicos	- €	- €	- €	- €
Reservas	- €	- €	- €	- €
Resultados transitados	4 103 555,90 €	20 447,87 €	- €	4 124 003,77 €
Excedentes de revalorização	- €	- €	- €	- €
Outras variações nos fundos patrimoniais	966 436,99 €	4 504,01 €	23 900,55 €	947 040,45 €
Total	6 661 381,12 €	24 951,88 €	23 900,55 €	6 662 432,45 €

Ilustração 17 - Fundos Patrimoniais

Ao longo do ano 2019 verificaram-se duas variações positivas nos Fundos Patrimoniais da FAAD: a transferência do resultado líquido do exercício do ano 2018 no valor de 20.447,87€ para a rubrica de "Resultados Transitados", de acordo com a deliberação da Assembleia Geral da Liga de Amigos de março de 2019; o aumento em 4.504,01€ da rubrica "Doações", pelo legado deixado à Instituição, na execução do testamento do Senhor António de Carvalho Marques.

17.8 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Fornecedores c/c	412 978,23 €	514 686,69 €
Fornecedores títulos a pagar	- €	- €
Fornecedores facturas em recepção e conferência	- €	- €
Total	412 978,23 €	514 686,69 €

Ilustração 18 - Fornecedores

Existe um diferendo com a empresa João Cristóvão Vaz Lopes, Ld.ª, que representa um dos médicos cardiologistas que prestam serviço no Hospital da FAAD, em que este reclama uma percentagem dos MCDT's que a FAAD não reconhece. Este profissional intentou uma ação em tribunal, que da parte da instituição está a ser defendida pelo Sr. Dr. Manuel de Matos Gandarez, antigo Presidente do Conselho de Administração (mandato de 1993-1997). Neste momento está a decorrer uma perícia à contabilidade decretada pelo tribunal de Coimbra, havendo a perspetiva fundamentada de que não assistirá razão ao queixoso. Assim, a conta corrente deste fornecedor tem os registos das verbas a pagar, cuja liquidação é em todo idêntica à usada para os demais profissionais nas mesmas circunstâncias.

17.9 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros entes públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Activo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	- €	- €
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	3 086,09 €	23 396,41 €
Outros Impostos e Taxas	- €	- €
Total	3 086,09 €	23 396,41 €
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	- €	- €
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	- €	- €
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	25 757,53 €	33 091,36 €
Segurança Social	56 261,77 €	63 735,67 €
Outros Impostos e Taxas	359,37 €	360,97 €
Total	82 378,67 €	97 188,00 €

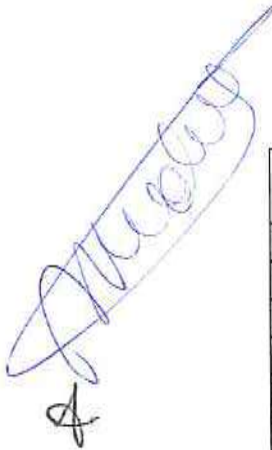
Ilustração 19 - Estado e Outros Entes Públicos

À semelhança do que se tem vindo a verificar nos últimos anos, foi efetuada a imputação do IVA a recuperar, referente a 50% do valor do IVA suportado com os bens alimentares e bebidas, bem como com despesas relativas a conservação/manutenção de prédios no decorrer do ano 2019. O valor global dos pedidos de IVA efetuados foi de 11.625,72€, estando por receber a 31-12-2019 o valor de 3.086,89€ (que a esta data se encontram totalmente liquidados).

Na rubrica do passivo encontram-se registados os valores liquidados pela FAAD em 2019, a título de retenções na fonte de IRS e encargos sociais e cujo pagamento foi efetuado ao Estado em janeiro de 2020.

17.10 Outros Passivos Correntes

A rubrica "Outros passivos correntes" desdobra-se da seguinte forma:



Descrição	2019		2018	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal	- €	620 145,11 €	- €	735 775,24 €
Remunerações a pagar	- €	394 841,92 €	- €	382 500,08 €
Cauções	- €	- €	- €	- €
Outras operações	- €	225 303,19 €	- €	353 275,16 €
Perdas por Imparidade acumuladas	- €	- €	- €	- €
Fornecedores de Investimentos	- €	- €	- €	- €
Credores por acréscimo de gastos	- €	- €	- €	- €
Outros credores	- €	391,36 €	- €	209,47 €
Total	- €	620 536,47 €	- €	735 984,71 €

Ilustração 20 - Outros Passivos Correntes

Os valores inscritos nesta rubrica referem-se a montantes que sendo um gasto do ano 2019, serão pagos em 2020. Estão aqui incluídos valores referentes a remunerações dos funcionários, penhoras e estimativa de IMI.

A rubrica de “Outras Operações” contempla a imputação do acréscimo de gastos associados à prestação de serviços médicos ao abrigo do programa SIGIC (205.384,35€) e o restante do SNS.

17.11 Outros Passivos Financeiros

Não se aplica.

17.12 Subsídios, doações e legados à exploração

A entidade reconheceu, nos períodos de 2018 e 2019, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2019	2018
Subsídios do Estado e outros entes públicos	847 717,87 €	666 221,99 €
Subsídios de outras entidades	6 590,00 €	2 399,83 €
Doações e heranças	18 314,32 €	21 001,43 €
Quotizações Liga Amigos	1 732,00 €	2 002,00 €
Legados	- €	- €
Total	874 354,19 €	691 625,25 €

Ilustração 21 - Subsídios, Doações e Legados à Exploração

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 12.

17.13 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e Serviços Externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2019 foi a seguinte:

Descrição	2019	2018
Subcontratos	134 440,80 €	146 492,34 €
Serviços especializados	1 481 961,92 €	1 607 915,38 €
Materiais	19 088,63 €	14 143,65 €
Energia e fluidos	94 328,98 €	86 735,96 €
Deslocações, estadas e transportes	32 119,25 €	59 091,13 €
Serviços diversos	39 456,41 €	81 004,97 €
Total	1 801 395,99 €	1 995 383,43 €

Ilustração 22 - Fornecimentos e Serviços Externos

17.14 Outros rendimentos

Descrição	2019	2018
Rendimentos Suplementares	57 571,74 €	51 088,87 €
Descontos de pronto pagamento obtidos	1 769,05 €	2 652,23 €
Recuperação de dívidas a receber	- €	- €
Outros Ganhos	3 349,17 €	244,17 €
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	- €	- €
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	- €	- €
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	13 965,94 €	41 141,81 €
Outros rendimentos e ganhos	19 649,33 €	25 747,33 €
Total	96 305,23 €	120 874,41 €

Ilustração 23 - Outros Rendimentos

17.15 Outros gastos

Descrição	2019	2018
Impostos	3 349,48 €	2 845,87 €
Descontos de pronto pagamento concedidos	- €	- €
Dívidas incobráveis	500,00 €	- €
Perdas em inventários	14 047,73 €	5 050,92 €
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	- €	- €
Gastos e perdas nos restantes activos	- €	- €
Gastos e perdas investimentos não financeiros	- €	- €
Outros Gastos e Perdas	16,27 €	898,51 €
Total	17 913,48 €	8 795,30 €

Ilustração 24 - Outros Gastos

Encontram-se aqui reconhecidas as perdas em inventários, referentes a artigos deteriorados ou fora de prazo de validade sem possibilidade de troca junto do fornecedor.



17.16 Trabalhos para a Própria Entidade

A rubrica "Trabalhos para a Própria Entidade" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Autoconsumos	6 179,51 €	6 239,56 €
Subsidio Alimentação	129 155,52 €	128 238,52 €
TOTAL	135 335,03 €	134 478,08 €

Ilustração 25 - Trabalhos para a Própria Entidade

Os valores inscritos nesta rubrica resultam das seguintes situações:

- Exploração da quinta, que origina a produção de produtos hortícolas, frutícolas e azeite, que são valorizados em função do preço de mercado;
- Imputação do valor referente ao subsídio de refeição, de acordo com o estabelecido no CCT, em virtude do mesmo ser pago em espécie.

17.17 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2018 e 2019 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros, encargos da atividade bancária e similares:

Descrição	2019	2018
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	- €	- €
Diferenças de câmbio desfavoráveis	- €	- €
Outros gastos e perdas de financiamento	1 820,62 €	330,75 €
Total	1 820,62 €	330,75 €
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	3 512,32 €	9 113,35 €
Dividendos obtidos	- €	- €
Outros Rendimentos similares	- €	- €
Total	3 512,32 €	9 113,35 €
Resultados Financeiros	1 691,70 €	8 782,60 €

Ilustração 26 - Resultados Financeiros

Na rubrica "juros obtidos" encontra-se registado o montante recebido a título de juros de depósitos a prazo. O valor inscrito nos "outros gastos e perdas de financiamento" representam o montante despendido com comissões pela utilização do terminal multibanco, cujas taxas aumentaram em 2019.

17.18 Acontecimentos após data de Balanço

A declaração de pandemia a 11 de março de 2020 pela Organização Mundial de Saúde (OMS) terá consequências significativas durante o ano de 2020.

A atividade do corrente ano ficará marcada por este facto, especialmente no que respeita às relações laborais e prestação de serviços. Desde o passado dia 16 que se encontram encerradas as atividades de apoio à infância quer na sede quer no Centro Comunitário da Lageosa e a maioria dos funcionários de

apoio à 3ª idade está, de acordo com o plano de contingência, a funcionar com redução de turnos para obviar riscos de contaminação na ERPI. O Centro de Dia passou a ter os seus utentes em regime de Apoio Domiciliário. O Hospital suspendeu a atividade cirúrgica e tem uma redução substancial do atendimento presencial, mas, em paralelo, está a fazer testes à Covid-19 de um modo gratuito em parceria com a autarquia Oliveirense. Decorrente da Pandemia e ao uso de consumíveis numa escala que não era habitual, a FAAD conseguiu ter a condições normais de mercado o material necessário para a proteção dos seus profissionais, mas se outras medidas forem decretadas teremos de recorrer a novas aquisições num contexto muito desfavorável, pois os preços para alguns materiais tem tido acréscimos na ordem de 20 vezes o preço habitual.

À data da emissão das demonstrações financeiras, a administração está apreensiva com os seus efeitos negativos, mas não identificou qualquer acontecimento adverso que mereça destaque, até porque estaremos dependentes do que seja legislado a esse propósito como apoio às IPSS.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

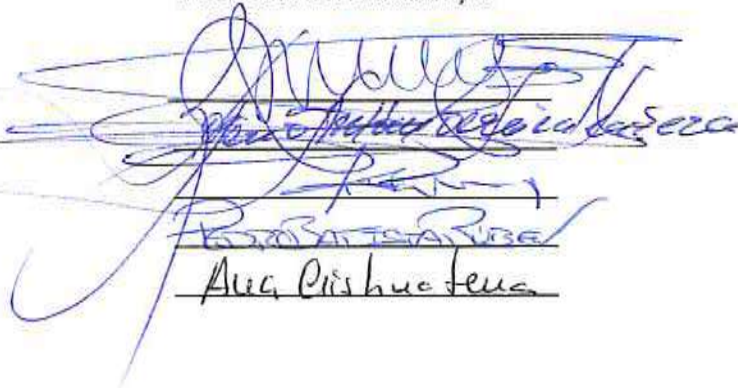
Oliveira do Hospital, 27 de março de 2020

O Técnico Oficial de Contas

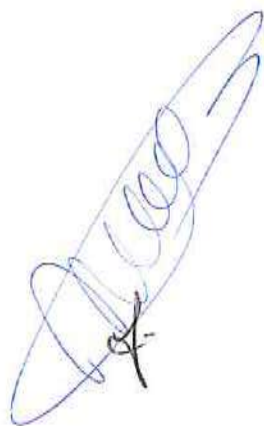


202 13364

O Conselho de Administração



Associação Portuguesa de Apoio à Vítima



ANEXOS



PIEDADE, PENACHO,
TABORADA, BASTISTA
& ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE
REVISEDORES OFICIAIS DE
CONTAS, Lda

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Fundação de Aurélio Amaro Diniz-IPSS (a Entidade), que compreendem o balanço em 31-12-2019 (que evidencia um total de 8 124 653,56 euros e um total de fundos patrimoniais de 6 907 076,15 euros, incluindo um resultado líquido de 244 643,70 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

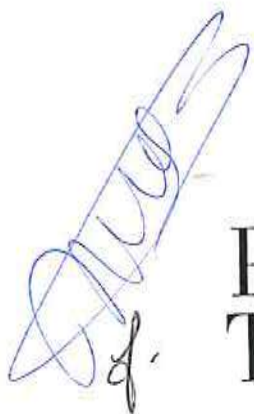
Ênfases

Tal como descrito no Anexo, a Entidade considera que a aplicação das taxas de depreciação constantes na legislação fiscal permite obter uma razoável estimativa para o período de vida útil dos investimentos.

Tal como referido no Anexo, em março de 2020, foi declarada pela Organização Mundial de Saúde a pandemia resultante da disseminação do novo coronavírus ("COVID-19"), sendo este um evento não ajustável. Esta situação e a sua evolução terão provavelmente efeitos negativos sobre a atividade da Entidade durante o exercício económico de 2020, não sendo neste momento possível fazer a sua quantificação.

Tal como referido no Anexo (nota 17.4) e pelos motivos aí divulgados, a Entidade não faturou em 2019 alguns serviços prestados na área hospitalar à ARS Centro. Esta questão traduz-se no registo de 920 360,87 € em acréscimo de rendimentos e de 205 384,35€ em acréscimo de gastos, correspondentes aos serviços médicos associados.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.



PP
TB

PIEDADE, RENACHO,
TABORDA, BAPTISTA
& ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE
REVISORES OFICIAIS
DE CONTAS LDA

15

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma



PIEDADE, PENACHO,
TABORDA, BAPTISTA
& ASSOCIADOS
SOCIETADE DE
REVISORES OFICIAIS
DE CONTAS, LDA

Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;

-concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

-avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e

-comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de atividades com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de atividades

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Coimbra, 9 de abril de 2020

Piedade, Penacho, Taborda, Baptista & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Representada por:

Daniel Martins Geraldo Taborda, ROC n.º 1479
(registado na CMVM sob o n.º 20161089)

Tel. 239 821122
Rua Pedro Estêvão Cabral, nº 79, sala 617
(Edifício Fátima de Magalhães) | 3000-317 Coimbra, Portugal



Capital Social € 6.000 NIPC 515 473 499
Registo nº 335 na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas
Registo nº 20190022 na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários



ATA CONSELHO FISCAL

Ata número setenta

As onze dias do mês de maio do ano de dois mil e sete, reuniram o Conselho Fiscal da Fundação Amílcar Amaro Ruiz na respectiva sede, pelas horas. Todos os membros do órgão estavam presentes.

A reunião teve por finalidade o exame do relatório de trabalho e emissão de parecer quanto ao relatório e às contas relativas ao ano de dois mil e sete.

O Conselho Fiscal analisou e considerou as documentações relevantes obtidas junto do Conselho de Administração, ali se incluindo o relatório de gestão e a contas do exercício findo em trinta e um de dezembro de dois mil e sete, integrando o balanço, a demonstração dos resultados por natureza, a demonstração dos fluxos de caixa e o Anexo. O órgão recebeu ainda o relatório de contabilidade legal de contas emitido pelo Serviço Oficial de Contas e também vogal do Conselho Fiscal, Doutor Manuel António Tomás de Almeida, e de mais as conclusões por aquele nomeadas em referida documentação.

Após discussão dos documentos sob análise procedeu-se à votação da mesma proposta de parecer favorável, tendo esta sido aprovada por unanimidade. Consequentemente, o Conselho Fiscal emite parecer favorável à aprovação em Assembleia Geral Ordinária do Relatório do Conselho de Administração incluindo o documento supra referenciado.

O Conselho Fiscal renova o reconhecimento de exemplares colacionados que os senhores da Fundação Amílcar Amaro Ruiz queiram.

Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada por unanimidade, foi assinada pelos membros do Conselho Fiscal.

Pedro Miguel Pires de Jesus

Alm. Miguel Fátima Torres Santos

João Paulo Lobo Ribeiro



Fundação Aurélio Amaro Diniz

Convocatória:

Nos termos do artigo 32º dos estatutos da *Fundação de Aurélio Amaro Diniz*, convocam-se os associados da Liga de Amigos para uma Assembleia Geral Ordinária a realizar no dia

15 de junho de 2020, segunda-feira, pelas 20:30,

na sala de reuniões do Lar 3ª Idade, com a seguinte ordem de trabalhos:

- a) Leitura da ata da assembleia anterior;
- b) Votação das contas e relatório do Conselho de Administração do ano transacto, auditadas pelo Revisor Oficial de Contas;
- c) Votação do parecer do Conselho Fiscal sobre os documentos atrás mencionados;
- d) Eleição de novos membros do Conselho Fiscal e Mesa da Assembleia Geral
- e) Outros assuntos de interesse para a Instituição;

Se à hora marcada não estiverem presentes a maioria dos seus membros, a Assembleia funcionará 30 minutos depois com qualquer número de associados.

Oliveira do Hospital, 28 de maio de 2020

O Presidente da Mesa da Assembleia da Liga de Amigos

(Dr. Sebastião José de Castro Pina Marques Antunes)



Ata nº 48

Aos quinze dias do mês de junho do ano dois mil e vinte reuniram-se pelas vinte horas e trinta minutos na sala da direção da Fundação Auxílio Amigo Diniz, IPSS em Assembleia Geral extraordinária a Liga de Amigos desta mesma Instituição de acordo com a convocatória datada de vinte e oito de maio com a seguinte ordem de trabalhos:

- a) Leitura e aprovação da ata da assembleia anterior;
- b) Votação das contas e relatório do Conselho de Administração do ano transato, auditadas pelo Revisor Oficial de Contas;
- c) Votação do parecer do Conselho Fiscal sobre os documentos atrás mencionados;
- d) Eleição de novos membros do Conselho Fiscal e Mesa da Assembleia Geral;
- e) Outros assuntos de interesse para a Instituição.

A mesa foi constituída pela totalidade dos seus membros, a sessão teve início pelas vinte e uma horas e vinte minutos com a leitura da ata da assembleia anterior, que depois de colo-

toda a votação foi aprovada por unanimidade. Para a explicação do ponto b) da ordem de trabalhos o Senhor Doutor Alvaro Herculado deu a palavra à Doutora Teresa Antunes para explicação dos principais pontos do relatório e contas. Foi então dada uma breve explicação do que foi a atividade da Fundação no decorrer do ano dois mil e dezasseis, no que respeita à área hospitalar e social da mesma. Aqui, foi referido que ao longo deste ano a atividade energética foi bastante reduzida o que possibilitou que fosse já diluído no plafond aproximadamente cinquenta e oito por cento do excesso de produção de anos anteriores, facto da tabela assinatura do protocolo para esses anos. — Foi também mencionado que trinta e três por cento da atividade energética foi realizada no âmbito do programa SIGIC em valor de três vezes mais quando comparado com o ano anterior. Este aspeto leva-nos a crer que o facto de a nova atividade energética estar interrompida, implica que os clientes recorressem aos hospitais locais, que, não lhes tendo dado resposta, foram posteriormente enviados para o nosso hospital via SIGIC, o que traduz ineficiências no atendimento de atendimento dos utentes desta região, facto que se tem dado a conhecer à ARS através nos momentos de negociações dos acordos de cooperação. — Relativamente à atividade SIGIC foi efetuado um exercício de rendimento na ordem dos noventa mil euros, pelo facto de estes processos se encontram para validação por parte das entidades competentes, ou seja, ainda sem instruções para que se permitam emitir a competente fatura para posterior recebimento das verbas, o que tem causado deficits dos fluxos financeiros. Na área social, foi referido que por diversas vezes têm sido realizadas candidaturas ao Recceop, na expectativa de que nos seja dada a possibilidade de aumentar o número de acordos de cooperação, sendo que na última candidatura efetuada obtivemos uma resposta favorável, pelo que temos um aumento do número de acordos para a resposta social de creche, que na sede que no Centro

o procedimento que é necessário realizar até à feitura definitiva, o que introduz um período considerável e não quantificável por falta de imposição legal de prazos entre a prestação de serviços e o efetivo recebimento dos valores, que neste momento é superior a um ano.

No ponto e) da ordem de trabalhos o senhor Doutor Pedro Oliveira procedeu à leitura da ata número cententa do Conselho Fiscal, que se reuniu com parecer favorável à aprovação dos documentos, que foi colocada a votação e aprovada por unanimidade. Passou-se ao ponto d) da ordem de trabalhos onde foram apresentados os elementos candidatos a formar o Conselho Fiscal, compostos pelos atuais membros e a nova lista para a Mesa da Assembleia Geral, composta pelos atuais elementos com a excepção do seu Presidente que agradeceu a oportunidade de ter podido colaborar com a Instituição e que entendeu que fica o regio bem entregue aos atuais colegas de Mesa e à entrada de um novo jovem elemento, funcionária da Casa Dr.^a Teresa Dutra. Colocados à votação, foi assim eleita por unanimidade a Mesa da Assembleia Geral da Liga de Amigos que passa a ter como Presidente o Sr. Manuel José Lobo Sousa Pereira, vice o Sr. António Carlos Gonçalves Aguiar e como secretária a Dr.^a Maria Teresa Frazão Dutra. Eleitos para um segundo mandato os membros do Conselho Fiscal. No último ponto da ordem de trabalhos foram abordadas algumas questões de interesse para a Instituição, tendo sido referido pelo Senhor Doutor Pedro Oliveira, que estando já aprovada pela Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros a Revisão de Estatutos conforme consta da ata 483 do Conselho de Administração de quatro de dezembro de dois mil e dezasseis, se vai proceder ao seu envio no dia de amanhã para a Direcção Geral de Segurança Social para efeito de registo e entrada em vigor.

Estando reunidos todos os membros eleitos para o Conselho Fiscal e Mesa da Assembleia da Liga de Amigos, passaram

Comunitário da Lageira.

No que respeita aos investimentos, foi referido que ao longo do ano foram realizados alguns cujo valor global se aproxima dos dezentos e seis mil euros. Não sendo este um valor muito expressivo, foi o possível e prudente realizar tendo em conta a conjuntura vivida. Relativamente à produção, o valor da prestação de serviços apresentou um montante bastante semelhante ao do ano anterior, tendo sido gerado um excedente líquido do exercício no valor de duzentos e quarenta e quatro mil seiscentos e quarenta e três euros e setenta e cinco cêntimos, que serão evidenciados contabilisticamente na conta de resultados transferidos do Capital próprio. Foi ainda abordada a questão dos recursos humanos pois representa uma fatia considerável no total de gastos. Por fim referiu-se que têm vindo a ser realizadas análises financeiras por sector, de uma forma individualizada a fim de se analisarem opções para a redução de gastos e maximização de resultados.

De seguida tomou a palavra o Senhor Doutor João Herculano que referiu que o facto de a atividade cirúrgica ao abrigo do protocolo ter sido suspensa para não se ultrapassar o tecto à faturação imposto pela ARS Centro possibilitou um incremento da atividade médica, sendo este serviço que gerou uma compensação em termos de resultados uma vez que o pagamento de honorários médicos é bastante inferior aos valores pagos pela atividade cirúrgica.

O Senhor Doutor António Nabais tomou a palavra e referiu a necessidade de se fazer uma gestão cuidada dos recursos humanos, pelo facto de este ser um gasto que nos últimos anos teve um incremento considerável, fruto da alteração das taxas de prestações sociais e atualização de tabelas salariais.

De seguida o Senhor Doutor Pedro Oliveira fez uma explanação detalhada quanto ao desempenho de evidenciado refletido no âmbito da atividade cirúrgica SIC, dando conta de todo

no imediato a tomada de posse, que, para contar e receber de
prazo junto de autoridade oficiais, assinam a seguinte presente
ata os membros efetivos abaixo identificados.

Conselho Fiscal:

Presidente, o Senhor Doutor Pedro Miguel Tina de Jesus, portador do
cartão de cidadão número 40555535 e número de identificação
fiscal 2042.66749;

Secretário, o Senhor Doutor Nuno Miguel Fortes Ferreira Santos,
portador do cartão de cidadão número 10747708 e número
de identificação fiscal 169363473;

Vogal, o Senhor Doutor Daniel Martins Geraldo Taborda, Resolva
oficial de Contas, portador do cartão de cidadão número 10770631
e número de identificação fiscal 206374470;

e como suplentes a Senhora Doutora Rêcia José e Silva Telles
de Brito, portadora do cartão cidadão 2423576 e número de
identificação fiscal 199753423 e o Senhor Doutor Carlos Oliveira
Santos portador do cartão de cidadão número 4195336 e nú-
mero de identificação fiscal 172622980.

Ata da Assembleia da Liga de Amigos:

Presidente, o Senhor Manuel José João de Sousa Pereira portador
do cartão de cidadão número 533994 e número de identifi-
cação fiscal 151707737;

Vice-Presidente, o Senhor António Carlos Gonçalves Figueiredo,
portador do cartão cidadão número 25877916 e número
de identificação fiscal 106303095.

Secretária, a Senhora Doutora Rêcia Teresa Tereza Antunes,
portadora do cartão de cidadão número 12872004, e número
de identificação fiscal 219467862.

e suplente o Senhor Doutor José Nelson Correia Antunes, portador
do cartão de cidadão número 4423936 e número de identi-
ficação fiscal 153884673.

Nada mais havendo a tratar foi lavrada a presente ata que
depois de lida e ser assinada pelos elementos que consti-
tuem a mesa, a que se seguirão as assinaturas dos

meus membros efectivos a quem o Presidente da Mesa deseja
as maiores felicidades no desempenho das suas funções,
para além de agradecer a colaboração que lhe foi prestada
ao longo destes anos.

Isabel Pereira

Tomada de posse do Conselho Fiscal:

Indistiguel/Indistiguel

Nome Miguel Fortes Ferreira Santos

seu J. S. Qual. N.º 6

Tomada de posse da Mesa da Assembleia Geral:

Maria Teresa Ferreira Antunes